



Processo nº	10480.900047/2010-53
Recurso	Voluntário
Acórdão nº	1302-005.520 – 1ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de	16 de junho de 2021
Recorrente	PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Interessado	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA (IRPJ)

Ano-calendário: 2002

PEDIDO DE COMPENSAÇÃO. PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR.

Sendo reconhecido, via diligência, que o contribuinte recolheu DARF em valor a maior do que o tributo devido no período, este valor deve ser considerado na declaração de compensação apresentada.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao Recurso Voluntário, nos termos do relatório e voto do relator.

(documento assinado digitalmente)

Paulo Henrique Silva Figueiredo - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Flávio Machado Vilhena Dias - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Ricardo Marozzi Gregorio, Gustavo Guimaraes da Fonseca, Andreia Lucia Machado Mourao, Flavio Machado Vilhena Dias, Cleucio Santos Nunes, Marcelo Cuba Netto, Fabiana Okchstein Kelbert, Paulo Henrique Silva Figueiredo.

Relatório

Trata-se o presente processo administrativo de declaração de compensação transmitido pelo contribuinte Pernod Ricard Brasil Industria e Comércio Ltda., ora Recorrente, através do qual pretendia quitar débitos próprios com crédito decorrente pagamento indevido ou a maior do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, IRPJ, código 2362, relativo ao período de apuração 30/11/2002, com arrecadação em 31/12/2002, no valor de R\$765.030,66.

Como se depreende do despacho decisório de fls. 7, o direito creditório não foi reconhecido na integralidade, uma vez que “*foram localizados um ou mais pagamentos, abaixo*

relacionados, mas parcialmente utilizados para quitação de débitos do contribuinte, restando saldo disponível inferior ao crédito pretendido, insuficiente para compensação dos débitos informados no PER/DCOMP". Reconheceu-se apenas o valor de R\$453.299,46

Devidamente intimado, o contribuinte apresentou Manifestação de Inconformidade, alegando, tal como consta no acórdão proferido pela DRJ do Recife (PE), o seguinte:

- tempestividade da manifestação de inconformidade e que a análise do processo seja realizada em conjunto com o PER/DCOMP nº 37429.96949.310106.1.3.04-3180;
- que fez um recolhimento no valor de R\$ 1.450.305,43 e posteriormente efetuou recolhimento complementar no valor de R\$ 311.731,10 em 11/02/2003, conforme documentos anexos;
- sendo assim dispõe de saldo a compensar no montante de R\$ 765.030,66, como pleiteou nos dois PER/DCOMP, o qual corresponde ao total recolhido (1.450.305,43 + 311.731,20) menos o valor do IRPJ devido na DIPJ R\$ 997.005,97, demonstra à fl. 16;
- em razão da não consideração do DARF complementar ocorreu erro de processamento e apuração das informações pela fiscalização, resultando em saldo de crédito insuficiente;
- requer seja reconhecido integralmente o direito creditório e homologadas suas compensações.

Todavia, aquela DRJ entendeu por bem julgar como improcedente o apelo do contribuinte. Eis a ementa do acórdão:

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Ano-calendário: 2002

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. COMPETÊNCIA PARA APRECIAÇÃO.

A competência originária para apreciar declaração de compensação é do Delegado da Receita Federal do domicílio fiscal do contribuinte, sendo do dever deste identificar perfeitamente os créditos que pretende sejam reconhecidos.

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Ano-calendário: 2002

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR. UTILIZAÇÃO PARCIAL. COMPENSAÇÃO HOMOLOGADA EM PARTE.

Mantém-se o despacho decisório que homologou parcialmente a compensação quando constatado que o recolhimento indicado como fonte de crédito foi parcialmente utilizado na quitação de débito confessado em DCTF.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido

Ao ser intimado da referida decisão, o contribuinte, em sede preliminar, aduz pela nulidade do acórdão proferido pela DRJ no Recife (PE). No mérito, repisa, em síntese, os argumentos e fundamentos apresentados no apelo inicial, pugnando pelo reconhecimento do direito creditório no valor de R\$ 765.030,60, indicado na declaração de compensação.

Remetido os autos ao CARF, em um primeiro momento, a relatoria do feito coube ao ex-conselheiro Alberto Pinto Souza Junior, que, nos termos da Resolução de nº 1302-000.349, entendia pela improcedência do Recurso Voluntário. Contudo, o relator originário foi vencido no colegiado, que entendeu por bem converter o julgamento em diligência, para que a Unidade Origem consultasse “os sistemas de processamento de dados da Receita Federal e informe se o DARF (fl. 38), no valor original de R\$ 311.731,20 (principal), data de arrecadação 11/02/2003,

se encontra ou não alocado para quitação de algum débito da interessada, fazendo acostar aos autos os documentos comprobatórios”.

Como determinado por este colegiado, a diligência foi realizada e, nos termos da Informação Fiscal de fls. 144, a fiscalização demonstrou que “*Da leitura do extrato e do comprovante de alocação verificamos que o pagamento não foi utilizado para alocação a nenhum outro débito da empresa, encontrando-se integralmente disponível.*”.

O contribuinte se manifestou às fls 153 dos autos, pugnando, mais uma vez, pelo reconhecimento do seu direito.

Com o retorno dos autos ao CARF e sendo constatado que o relator originário não compõe mais nenhum colegiado desta 1^a Seção de Julgamento, os autos foram distribuídos a este relator para prosseguimento do julgamento.

Este é o relatório.

Voto

Conselheiro Flávio Machado Vilhena Dias, Relator.

A tempestividade do apelo e os seus pressupostos de admissibilidade já foram analisados, quando da emissão da Resolução nº 1302-000.349, exarada no dia 23/11/2014. Desta forma, o Recurso Voluntário apresentado pelo Recorrente deve ser analisado por este Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

DA COMPROVAÇÃO DO DIREITO CREDITÓRIO.

Como demonstrado no relatório alhures, no despacho decisório exarado reconheceu-se o valor de R\$453.299,46, ante o valor de R\$765.030,66 solicitado no pedido de compensação.

Desde o apelo inicial, o Recorrente alega que “*a apresentação da DIPJ retificadora para o período, apurou-se que o saldo devedor do tributo seria de apenas R\$ 997.005,91, tendo, portanto, a empresa o direito de pleitear a compensação de R\$ 765.030,66 pagos a maior (resultante da diferença dos valores recolhidos, isto é, R\$ 1.450.305,43 mais R\$311.731,20 menos o valor apurado na DIPJ, R\$997.005,97)*”.

Neste sentido, a parcela não reconhecida seria o DARF no valor de R\$311.731,20, que, em que pese não ter sido indicado no pedido de compensação pelo contribuinte, comporia a totalidade do direito creditório pleiteado no PerDcomp.

Justamente por conta deste valor - R\$311.731,20 – é que, em um primeiro momento, o julgamento do Recurso Voluntário foi convertido em diligência. Como constou do relatório, requereu-se, da Unidade de Origem, a informação acerca do recolhimento feito pelo contribuinte e, em especial, se o valor “*se encontra ou não alocado para quitação de algum débito da interessada*”.

E, na diligência realizada, a DRF deixou claro que “*da leitura do extrato e do comprovante de alocação verificamos que o pagamento não foi utilizado para alocação a nenhum outro débito da empresa, encontrando-se integralmente disponível.*”

Portanto, deve ser reconhecido o valor recolhido indevidamente, como indébito passível de ser indicado no pedido de compensação apresentado pelo contribuinte.

Importante ressaltar, neste ponto, que, ao reconhecer o valor de R\$311.731,20 como indébito, não se está alterando o direito creditório apontado no pedido de compensação. É que, no pedido de restituição/compensação do indébito, consta o valor de R\$ 765.030,66. Assim, fica patente o erro no preenchimento do PerDcomp, erro este, todavia, que não pode limitar o direito do contribuinte.

Neste sentido, VOTA-SE por DAR PROVIMENTO ao Recurso Voluntário, para, reformando o acórdão recorrido, reconhecer o direito creditório no valor total de R\$765.030,66, homologando-se, por consequência, a compensação até o limite do crédito ora reconhecido.

(documento assinado digitalmente)

Flávio Machado Vilhena Dias